

POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: DO PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL

Milton Santos

Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2000.

Ana Clara Torres Ribeiro

Manifesto e projeto intelectual, síntese analítica e caminho aberto para a compreensão do mundo, interpretação teórica do presente e utopia, essas poderiam ser as chaves para uma resenha de *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Isoladamente, entretanto, tais chaves são todas insuficientes, já que é a sua articulação que possibilita o usufruto da totalidade do livro.

Reunindo momentos diversos da atuação de Milton Santos no enfrentamento dos desafios do presente, simultaneamente científico e político, *Por uma outra globalização* apresenta, com total nitidez, os fundamentos inalteráveis da condução ética da produção intelectual do autor. Encontram-se articulados, de fato, vários elementos centrais dessa produção, os quais sustentam a força da reflexão crítica: os elos entre filosofia e ciência, entre produzir teoria e estar no mundo, entre reconhecer os dramas do presente e preservar a crença, que também é científica e política, num futuro melhor.

Milton Santos aciona, assim, as armas intelectuais, construídas ao longo de sua trajetória profissional e político-acadêmica, para desfazer as por ele denominadas *fábulas do pensamento único* que, alimentadas pelo adesismo de tantos intelectuais, impedem a explicação do presente e a descoberta de alternativas. São múltiplas as interpretações ideológicas (fábulas) da atual globalização: contração do espaço e do tempo, homogeneidade crescente, imaginário da velocidade, mercado global e aldeia global, desterritorialização da vida social, morte do Estado. Essas fabulações têm permitido, segundo o autor, a redução dos ideários da democracia, a afirmação do consumidor sobre o cidadão, a difusão do individualismo e, portanto, a propagação do neoliberalismo, efetivo celeiro do pensamento único.

A desconstrução de fábulas acontece, na obra de Milton Santos, mediante o respeito permanente à ética da convicção, traduzida no compromisso do intelectual com o alcance da verdade. É esse respeito que ali-

cerça a tomada de posição moral do autor no diagnóstico das condições materiais e imateriais do presente: "... a questão capital é o entendimento do nosso tempo, sem o qual será impossível construir o discurso da liberação" (p. 74). O alcance de tal discurso dependerá tanto do compromisso com a verdade — e, portanto, com a desalienação — quanto da reapropriação da linguagem, hoje estranhada da existência dos homens comuns, dos homens lentos, dos homens verdadeiramente ativos.

Há, para Milton Santos, urgência no encontro de um outro discurso que sustente a luta por uma outra globalização, latente nas condições técnicas e intelectuais do presente. De um discurso que, ao ultrapassar os limites do racionalismo ocidental, antecessor do racionalismo tecnocrático, produzirá a informação imaginosa e emocionada. As raízes do compromisso com a elaboração desse discurso, em que o autor investe abertamente em *Por uma outra globalização*, alimentam-se de lutas já travadas, como o indica a rápida referência feita ao terceiro mundismo, e da reflexão filosófica das relações homem – natureza, do homem e suas circunstâncias, da ação e os valores que a conduzem.

De semelhante reflexão, orientadora da originalidade de sua produção teórica sobre o espaço (ver *A natureza do espaço: técnica e tempo / razão e emoção*, São Paulo: Hucitec, 1996), emerge a busca de um humanismo sensível aos movimentos, propiciados pela técnica, de violenta presentificação dos dados históricos. A experiência humana presentificada é, para Milton Santos, a condição a ser trabalhada pelo discurso do humanismo concreto, condutor da solidariedade social e da compaixão nas relações interpessoais: "Pouco, no entanto, se fala das condições, também hoje presentes, que podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta" (p.174).

Assim, a reapropriação da linguagem também deverá resgatar e desvendar os sentidos da ação, defendendo os valores válidos em qualquer tempo e lugar (liberdade, dignidade, felicidade) e articulando-os aos valores contingentes, emanados da história do presente. Aliás, para o autor, apenas a reflexão radical dos sentidos da ação romperá a face maquínica e artificial do mundo e, dessa forma, o pragmatismo, a instrumentalização dos outros e a cegueira estimulados pela racionalidade sem razão do pensamento único. É essa

racionalidade perversa, e Milton Santos não teme as palavras, que, apoiada no cientificismo e na matematização da existência, tem subordinado a vida coletiva ao agir hegemônico.

Para o autor, as práticas comandadas pelo motor externo, pelo relógio movido pela mais-valia universal, são produtoras de fragmentação, de agitação cega, de forças centrífugas, de normas férreas, implacáveis e exclusivas. Trata-se de uma verticalidade que cria abstração, alienação e desordem programada, correlatas aos comandos da divisão do trabalho imposta “de cima”, responsável pela aceleração contemporânea do mundo. Dessa maneira, a racionalidade hegemônica é denunciada, por Milton Santos, pelo seu caráter viciado, despótico e criador de sistemismos redutores do homem e dos significados da existência. É uma racionalidade estimuladora da competitividade, expressiva da crescente autonomização do dinheiro: “Com a prevalência do dinheiro em estado puro como motor primeiro e último das ações, o homem acaba por ser considerado um elemento residual” (p.147).

Essa condição do presente não é imutável, como gostariam aqueles que vêem o futuro como um presente amplificado. Ao contrário, o presente contém, para o autor, as características fundamentais de mais um período histórico que passará. Mas um período que é efetivamente original na conjugação do estado da técnica ao estado da política. O discurso necessário a uma outra globalização, radicalmente diferente daquela hoje vivida, precisará, portanto, conduzir à apropriação política da técnica disponível.

Para Milton Santos, ainda é possível subordinar o atual sistema técnico a outros futuros: “A gestação do novo, na história, dá-se, freqüentemente, de modo quase imperceptível para os contemporâneos, já que suas sementes começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente predominante” (p.141). Constitui, para o autor, uma obrigação dos intelectuais reconhecerem no presente os germes da mutação e apoiarem a sua emergência em aliança com os homens comuns, com os homens lentos (ver, do autor, *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*, São Paulo: Hucitec, 1994 e *O espaço do cidadão*, São Paulo: Nobel, 1987). Contra a abstração do dinheiro, da técnica e das normas excludentes, apoiada pelas fabulações do pensamento único, é necessário e possível opor o humanismo concreto.

Milton Santos chama para esse projeto os estudiosos do território, já que, para ele, o território é, efetivamente, um condutor privilegiado da desalienação: “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi” (p.96). Esse território não se confunde com o espaço abstrato do agir hegemônico, aquele que é recurso para os interesses transnacionais e objeto permanente de cálculo. Não, o território que pode sustentar o humanismo concreto é, para o autor, o território usado, o território praticado, que contém tudo e todos e que conforma a horizontalidade portadora de uma potencial solidariedade orgânica.

Os intelectuais comprometidos com o desvendamento do presente precisarão conhecer, em plenitude, o agir hegemônico e, para isso, o autor utiliza, em *Por uma outra globalização*, ferramentas teórico-conceituais desenvolvidas noutros momentos de sua obra: meio técnico-científico-informacional; tecnosfera e psicosfera; sistema técnico e sistema de ação; circuito superior e circuito inferior da economia. Porém, esses intelectuais precisarão estar comprometidos, sobretudo, com a desmistificação do presente: “O mundo datado de hoje deve ser enxergado com o que na verdade ele nos traz, isto é, um conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições ... É somente a partir dessa constatação, fundada na história real do nosso tempo, que se torna possível retornar, de maneira concreta, a idéia de utopia e de projeto” (p.160). O conhecimento que apoiará a defesa política de uma outra globalização, conduzida pelo humanismo concreto, será aquele que desvendar, além da sistematicidade do agir hegemônico, a natureza sistêmica, e logo verdadeiramente alternativa, da experiência vivida dos povos, dos homens comuns e lentos.

Milton Santos apresenta-se em plenitude, nesse livro, como o intelectual comprometido, que de fato é, na luta contra a racionalidade tecnocrática que nos enreda em suas fabulações. O seu compromisso encontra-se, agora, transformado num projeto aberto a todos. Quantos atenderão ao seu chamado? Quem responderá ao seu convite?

Ana Clara Torres Ribeiro, socióloga, é professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: ana_ribeiro@uol.com.br